

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
Resumo de Contas
2021

SALDO INICIAL

Depósitos Bancários	€	119.333,77
Caixa	€	1.019,34
TOTAL	€	120.353,11

RECEITAS

Quotas Sócios	€	3.311,00
Subsídios Junta F.		
Subsídios CM	€	49.499,36
Ofertas/Donativos	€	1.460,00
Café/Bar	€	5.816,60
Receitas de Eventos	€	1.560,00
Banco: Juros		
Subsídios Projeto/Edifício		
Quotas Utentes	€	2.380,00
Reembolsos Fiscais	€	9.532,28
TOTAL	€	73.559,24

DESPESAS

Água/Luz	€	152,34
TV/Telefone/Internet	€	488,82
Economato	€	-
Serviços Administrativos	€	132,10
Custos c/ Pessoal	€	12.815,80
Equipamentos		
Grande Imobilizado		
Acessórios		
Serviços/Reparações		
Despesas Projeto/Edifício	€	103.833,16
Compras: Ativi./Eventos	€	910,26
Compras Diversos	€	2.391,84
Carro: Combustível		
Carro: Seg./Insp.	€	386,80
Carro: Serviço/Rep.	€	16,61
Banco: Desp.Bancárias	€	129,22
Centro Convívio: Despesas	€	1.783,19
Contabilidade	€	1.150,05
Quotizações	€	60,00
TOTAL	€	124.250,19

SALDO FINAL

TOTAL	€	135.662,85
Variação da Riqueza Líquida	€	15.309,74

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2021**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

MORADA: Rua do Bacêlo, nº 72

LOCALIDADE: Couto – S. Miguel

FREGUESIA: Couto – S. Miguel

CONCELHO: Santo Tirso

CODIGO POSTAL: 4780-262



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Couto – S. Miguel

Couto – S. Miguel

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 505707233
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	243 097,56	149 439,47
Investimentos financeiros	10.15	175,12	95,92
		243 272,68	149 535,39
Ativo corrente			
Inventários	5	439,15	328,78
Estado e outros entes públicos	10.5	1 679,01	0,00
Fundadores/beneméritos/doadores/associados	10.13	0,00	408,00
Diferimentos	10.1	193,05	246,74
Outros ativos correntes	10.3	324 681,80	99 000,80
Caixa e depósitos bancários	10.2	70 985,33	120 356,91
		397 978,34	220 341,23
Total do ativo		641 251,02	369 876,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	86 865,15	86 865,15
Resultados transitados	10.4	57 987,20	46 960,43
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	497 967,25	222 786,25
		642 819,60	356 611,83
Resultado líquido do período		-3 957,36	11 026,77
Total dos fundos patrimoniais		638 862,24	367 638,60
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.12	132,62	209,91
Estado e outros entes públicos	10.5	272,56	241,94
Outros passivos correntes	10.6	1 983,60	1 786,17
		2 388,78	2 238,02
Total do passivo		2 388,78	2 238,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		641 251,02	369 876,62

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte 505707233

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	6	11 114,60	9 130,05
Subsídios, doações e legados à exploração	7 / 10.7	3 312,76	4 195,05
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-3 976,97	-3 733,96
Fornecimentos e serviços externos	10.8	-3 615,59	-4 616,21
Gastos com o pessoal	9	-12 948,40	-12 108,16
Aumentos/reduções de justo valor	10.11	0,00	-331,76
Outros rendimentos	10.9	2 603,29	18 841,84
Outros gastos	10.10	-214,34	-109,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 724,65	11 266,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-232,71	-240,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 957,36	11 026,77
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-3 957,36	11 026,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3 957,36	11 026,77

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		12 452,60	10 847,75
Pagamentos a fornecedores		-111 642,36	-8 861,81
Pagamentos ao pessoal		-9 312,42	-7 814,75
Caixa gerada pelas operações		-108 502,18	-5 828,81
Outros recebimentos/pagamentos		57 752,87	22 459,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-50 749,31	16 630,95
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-85,56	-28,52
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		3,29	6,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-82,27	-21,94
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 460,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 460,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-49 371,58	16 609,01
Caixa e seus equivalentes no início do período		120 356,91	103 747,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.2	70 985,33	120 356,91

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 505707233

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio à comunidade	PERÍODOS	
			2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	11 114,60	11 114,60	9 130,05
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/9	-16 925,37	-16 925,37	-15 842,12
Resultado Bruto		-5 810,77	-5 810,77	-6 712,07
Subsídios, doações e legados à exploração	7/10.7	3 312,76	3 312,76	4 195,05
Outros Rendimentos	10.9	2 603,29	2 603,29	18 841,84
Gastos administrativos	4/10.8	-3 848,30	-3 848,30	-5 188,18
Outros Gastos	10.10	-214,34	-214,34	-109,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 957,36	-3 957,36	11 026,77
Gastos de financiamento (líquidos)				
Resultado antes de impostos		-3 957,36	-3 957,36	11 026,77
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		-3 957,36	-3 957,36	11 026,77

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2021**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Inventários	10
6	Rédito	11
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
9	Benefícios dos empregados.....	12
10	Outras Informações	12
10.1	Diferimentos	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
10.3	Outros Ativos Correntes.....	13
10.4	Fundos Patrimoniais	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.6	Outros Passivos correntes	14
10.7	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	14
10.8	Fornecimentos e Serviços Externos	14
10.9	Outros Rendimentos	15
10.10	Outros Gastos.....	15
10.11	Aumentos/Reduções Justo Valor	15
10.12	Fornecedores.....	15
10.13	Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros.....	15
10.14	Resultados Financeiros.....	16
10.15	Investimentos Financeiros	16
10.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
10.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social São Rosendo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, pela inscrição nº 85/05, a fl.195 do livro nº 10 das Associações de Solidariedade Social efetuado em 5 de Julho de 2005.

Tem sede na Rua do Bacelo, freguesia de São Miguel do Couto e concelho de Santo Tirso.

Visa promover a realização de atividades de apoio à terceira idade e juventude.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;

Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Foi detetado um erro relativamente aos períodos anteriores a 2013, o qual foi corrigido por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica quantitativa da comparabilidade (ver nota 10.4)

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e

deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direcção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros Passivos Correntes" são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Equipamento Básico	1 441,19				1 441,19
Equipamento Transporte	5 250,00				5 250,00
Investimentos em Curso	148 901,96	93 890,80			242 792,76
Ativo Tangível Bruto	155 593,15	93 890,80	0,00	0,00	249 483,95
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	903,68	232,71			1 136,39
Equipamento Transporte	5 250,00				5 250,00
Depreciações Acumuladas	6 153,68	232,71	0,00	0,00	6 386,39
Ativo Tangível Líquido	149 439,47	93 658,09	0,00	0,00	243 097,56

5 Inventários

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme se segue:

Rubricas	2021	2020
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	439,15	328,78
Total	439,15	328,78

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2021	2020
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	328,78	89,12
Compras	4 087,34	3 973,62
Saldo Final	439,15	328,78
Gastos do Período	3 976,97	3 733,96

6 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2021	2020
Prestação de Serviços	11 114,60	9 130,05
Quotas do Utilizadores	8 211,60	6 255,05
Quotas e Jóias	2 903,00	2 875,00
Outros Rendimentos	2 603,29	2 132,28
Festas e Subscrições	1 560,00	2 125,70
Outros	1 040,00	0,00
Juros Obtidos	3,29	6,58
Total	13 717,89	11 262,33

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2021			2020		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP - Lay Off	Não Reembolsável	0,00		1 352,48	0,00		1 985,88
CM Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		60,00
JF Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		1 625,00
CM Santo Tirso (Edifício)	Não Reembolsável	222 786,25		0,00	222 786,25		0,00
Pares 3.0-55910	Não Reembolsável	275 181,00		0,00	0,00		0,00
Total		497 967,25	0,00	1 352,48	222 786,25	0,00	3 670,88

A Instituição esteve em regime de layoff simplificado no período de Janeiro a Abril tendo recebido o apoio de 1.352.48€ do ISS, IP, correspondente a 2/3 das remunerações dos trabalhadores abrangidos, bem como a isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social (22,30%).

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de colaboradores ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2021 e 2020 foi de 1.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	10 156,00	9 763,24
Subsídio Alimentação	820,44	586,71
Encargos Sobre as Remunerações	1 847,16	1 551,10
Seguros de Acidentes no Trabalho	124,80	207,11
Total	12 948,40	12 108,16

*A Instituição esteve em layoff simplificado no período de Janeiro a Abril .

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	193,05	246,74
Total	193,05	246,74

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	2 142,01	1 023,94
Depósitos à Ordem	68 843,32	53 597,32
Depósitos a Prazo	0,00	65 735,65
Total	70 985,33	120 356,91

10.3 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2021	2020
Instrumentos Financeiros		
Santander Totta - Aforros	0,80	0,80
Santander Totta - Fundos Investimento	0,00	0,00
Total	0,80	0,80
Entidades do Setor Público Administrativo		
Município Santo Tirso	49 500,00	99 000,00
Pares 3.0 - 55910	275 181,00	0,00
Total	324 681,00	99 000,00
Total	324 681,80	99 000,80

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 865,15			86 865,15
Resultados Transitados	46 960,43	16 709,56*	-5 682,79	57 987,20
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	222 786,25	275 181,00		497 967,25
Total	356 611,83	275 181,00	0,00	642 819,60

* Os movimentos na conta de Resultados Transitados referem-se à aplicação do Resultado Líquido negativo no exercício de 2020 (-5.682,79), bem como à correção efetuada no âmbito da especialização relativa ao erro nas contas de fornecedores anterior ao ano de 2013 no montante de 16.709,56€ (ver nota 3).

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Restituição IVA	1 679,01	0,00
Total	1 679,01	0,00
Passivo		
IRS	28,00	83,20
Segurança Social	237,43	151,61
Fundos compensação	7,13	7,13
Total	272,56	241,94

10.6 Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a Liquidar	0,00	1 956,80	0,00	1 744,00
Outras Despesas Diferidas	0,00	26,80	0,00	42,17
Total	0,00	1 983,60	0,00	1 786,17

10.7 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	3 312,76	4 195,05
Total	3 312,76	4 195,05

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.8 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	1 494,61	1 764,56
Materiais	877,57	1 010,96
Energia e Fluidos	141,82	167,06
Serviços Diversos	1 096,61	1 673,63
Encargos com Utentes	4,98	0,00
Total	3 615,59	4 616,21

10.9 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	2 600,00	2 125,70
Juros Obtidos	3,29	6,58
Correções Exercícios Anteriores	0,00	16 709,56
Total	2 603,29	18 841,84

10.10 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	49,87
Quotizações	60,00	60,00
Correções Exercícios Anteriores	154,34	0,00
Total	214,34	109,87

10.11 Aumentos/Reduções Justo Valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 aumentos e reduções de "Justo Valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2021	2020
Em Instrumentos Financeiros		
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0,00	0,00
Perdas por Reduções de Justo Valor	0,00	331,76
Total	0,00	-331,76

10.12 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	132,62	209,91
Total	132,62	209,91

10.13 Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Quotas associados	0,00	408,00
Total	0,00	408,00

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e Rendimentos Similares		
Total	3,29	6,58
Resultados Financeiros	3,29	6,58

10.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros - FCT	175,12	95,92
Total	175,12	95,92

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

10.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Durante o ano de 2021 a instituição prestou serviços a 12 utentes.

10.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Couto – S.Miguel , 03 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção


